



46

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

Recensões

André Evangelista Marques, *Da Representação Documental à Materialidade do Espaço. Território da Diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: CITCEM e Edições Afrontamento, 2015, 478 p.

A disponibilização das teses de doutoramento em formato digital, para além de facilitar a sua consulta, faz com que a transformação de uma tese num livro derive numa reconstrução. Tradicionalmente a publicação em papel requeria, muitas das vezes, uma redução do número de páginas; agora exige do autor uma tentativa de redimensionar os conteúdos. Assim, acaba por reestruturar-se o texto e, como resultado deste processo, surge frequentemente uma nova abordagem sobre o objeto de estudo. Escolher o que irá ser impresso em papel – e diferencia-lo daquilo que permanecerá exclusivamente como texto digital – não significa necessariamente privilegiar o primeiro, e sim ressaltar a independência de uma ou de várias partes da tese original, que irão ficar fora do livro, mas também irão ganhar o estatuto de complemento – não equivalente a material secundário. Adaptar o resultante da escolha à sua nova forma levará a construir um novo discurso. Embora nem sempre, nos melhores casos, o livro baseado numa tese de doutoramento representa mais um passo no caminho sem meta que é toda a boa investigação. As diferenças entre livro e tese mostram que se repensou a temática, que as problemáticas expostas estão ainda vigentes na mente do investigador, e que a matéria com a qual se tem trabalhado é ainda suscetível de ser novamente tratada. O livro atualiza a tese, mas ao mesmo tempo revaloriza-a. Tal é o caso do volume *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*, recentemente publicado.

O quadro historiográfico traçado na tese de André Evangelista Marques –*Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012) – desaparece no livro *Da representação*

documental à materialidade do espaço; mas o enquadramento do estudo é claro desde o início. O primeiro prólogo é assinado por José Ángel García de Cortázar, principal figura dessa ‘escola’ de estudos sobre a organização social do espaço na Península Ibérica na Alta Idade Média. O segundo prólogo foi escrito por Luís Carlos Amaral, principal representante da dita escola em Portugal. André Marques, discípulo direto do segundo e indireto do primeiro, utiliza uma terminologia – e, com ela, uma conceitualização – própria dos trabalhos dos investigadores citados; e também dos estudos de outros especialistas na análise do território peninsular nas Alta e Plena Idade Média. O constante regresso às mesmas temáticas, para repensar e reelaborar ideias próprias e alheias, é uma das características dos membros desta ‘escola’. Uma outra é fazer com que as bases dos princípios teóricos assentem em palavras como ‘ocupação’, ‘atribuição’, ‘ordenação’ e ‘articulação’, repetidamente utilizadas – e redefinidas – para analisar a partir delas a interação humana com o espaço.

As palavras são também a base da investigação exposta em *Da representação documental à materialidade do espaço*; uma investigação desenvolvida a partir da localização, da análise e da classificação dos termos que se referem ao território que aparecem na documentação diplomática da diocese de Braga entre o último terço do século IX e o final do século XI. O livro acaba por ser a descrição de um percurso – aquele que o autor percorreu seguindo o caminho por ele criado – ilustrado com mapas, bases de dados e tipologias. O principal propósito de André Marques foi construir e testar uma metodologia de análise das fontes diplomáticas do período selecionado que fosse adequada para compreender, através das ditas fontes, o que o autor denomina ‘a materialidade do espaço’; isto é, a realidade material representada no léxico documental. Uma detalhada análise dos documentos, um claro estabelecimento do quadro metodológico, e uma tentativa de fazer o que o autor chama uma ‘prosopografia do espaço’, precederam ao estabelecimento de um ‘glossário lexical’, cuidadosamente classificado e definido, que ocupa a parte central – e maior – do volume.

A consciente escolha de um tipo concreto de fontes faz parte da delimitação – espacial, temporal e documental – que conduz a definir o objeto historiográfico. Dito objeto não é nem a diocese nem a organização social da área no período: é a própria metodologia. Criada a partir de um *corpus*, e testada nele, é concebida como aplicável a outras fontes, textuais (narrativas, corográficas, epigráficas) e não textuais (toponímicas, materiais, cartográficas). Importa salientar como as últimas, e em especial as imagens cartográficas e as fotografias aéreas, são consideradas mas não utilizadas. Em *Da representação documental à materialidade do espaço* o material cartográfico complementar serve para visualizar a projeção espacial daquilo que a documentação revela, e emana

da própria investigação. É uma ferramenta metodológica, e não um resultado. O cotejo destes mapas com outros documentos cartográficos, ou com dados cartográficos processados através de um Sistema de Informação Geográfica, é sugerido mas não definido como meta do estudo. Tendo em conta que a cartografia mais antiga para esta área data do século XVII, e que a fotografia aérea não é anterior ao século XX, parece difícil fazer recuar a análise da evolução morfológica da paisagem até ao século IX. Contudo, o leitor sente muitas vezes a tentação de comparar o que os mapas criados mostram com o que algumas ferramentas digitais – nomeadamente as imagens de satélite – permitem visualizar. A projecção das imagens obtidas a partir da análise das fontes sobre o espaço atual, sem dúvida diferente do medieval mas com elementos similares e com algumas continuidades, parece por momentos o passo seguinte neste caminho de reconstrução do espaço documentado.

Percebe-se, porém, porque é que esse passo não foi dado. O espaço é considerado neste estudo “uma abstração entre a base material, a organização social e a representação discursiva”; e, em consequência, desenhado ou reconstruído a partir dessa premissa. De facto, analisar o que o léxico ‘representa’ conduz a trabalhar no marco das representações, e a manter num plano diferente – paralelo – as ‘realidades’. O itinerário de investigação, relatado em *Da representação documental à materialidade do espaço*, documenta e justifica as múltiplas escolhas que o definiram, condicionadas pelo reconhecimento de que as fontes textuais mostram apenas parcialmente a realidade material que refletem. Comparar os resultados da investigação com os obtidos a partir de um estudo toponímico ou arqueológico, ou utilizar a metodologia exposta num desses estudos, faria parte de um outro itinerário. Diferentemente dos trabalhos conclusivos - que fixam e assentam -, as análises que propõem explorar caminhos testam, ou ensaiam; e, ao fazê-lo, abrem questões e documentam dúvidas. Esta é, talvez, a maior ‘prova de vida’ de uma temática. Um livro que ao mesmo tempo mostra as bases de uma investigação, reflete sobre os resultados obtidos e expõe as possibilidades futuras, constitui o melhor contributo para o progressivo conhecimento do passado a partir de um presente sempre efêmero.

COVADONGA VALDELISO

CHSC

Email: covaldaliso@gmail.com